

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Santamália Saúde S.A., relativas aos exercícios de 2015 e 2014 de acordo com a Legislação vigente. Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração, e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados.

São Paulo, 29 de março de 2016. **A Diretoria**

### BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2015		Passivo	Notas	2015		2014	
		2015	2014			2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>		<b>108.461</b>	<b>72.127</b>	<b>Circulante</b>		<b>88.165</b>	<b>89.230</b>		
Disponível		344	1.185	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		72.367	70.300		
Realizável		108.117	70.942	Provisão de prêmio/contraprestação		13.404	9.638		
Aplicações financeiras	5	81.723	53.258	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG)	13b	13.404	9.638		
Aplicações vinculadas à provisões técnicas		43.661	39.372	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	13a	9.837	12.069		
Aplicações não vinculadas		38.062	13.886	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	13a	35.698	15.769		
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		14.930	5.604	Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	13b	13.428	32.824		
Contraprestações pecuniárias a receber	6	14.930	5.604	Débito de operações de assistência à saúde		2.007	946		
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	6	1.225	1.716	Receita antecipada de contraprestações		569	533		
Despesas diferidas	7	1.792	-	Comercialização sobre operações		1.304	132		
Créditos tributários e previdenciários	8	5.472	8.131	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		134	280		
Bens e títulos a receber	9	2.661	1.929	Provisões		-	16		
Despesas antecipadas		314	304	Provisões para ações judiciais		-	16		
<b>Não circulante</b>		<b>59.392</b>	<b>35.625</b>	Tributos e encargos sociais a recolher	14	4.180	3.501		
Realizável a longo prazo		13.536	10.121	Empréstimos e financiamentos a pagar		-	110		
Créditos tributários e previdenciários	8	9.633	7.799	Débitos diversos	15	9.611	14.357		
Títulos e créditos a receber		2.388	1.425	<b>Não circulante</b>		<b>24.272</b>	<b>6.471</b>		
Depósitos judiciais e fiscais	16	1.515	897	Exigível a longo prazo		5.723	-		
<b>Investimentos</b>	10	<b>31.291</b>	<b>10.644</b>	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		5.723	-		
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		31.291	10.644	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	13a	5.723	-		
Participações societárias em rede hospitalar		31.291	10.642	Provisões		16.687	5.529		
Outros investimentos		-	2	Provisões para tributos diferidos		1.169	1.224		
<b>Imobilizado</b>	11	<b>13.732</b>	<b>13.951</b>	Provisões para ações judiciais	16	15.518	4.305		
Imóveis de uso próprio		7.705	7.946	Parcelamento de tributos e contribuições	14	1.862	942		
Imóveis de uso próprio - hospitalares		6.390	6.587	<b>Patrimônio líquido</b>	17	<b>55.416</b>	<b>12.051</b>		
Imóveis de uso próprio - não hospitalares		1.315	1.359	Capital social		77.882	14.638		
Imobilizado de uso próprio		3.615	3.162	Reservas		3.030	11.670		
Hospitais		1.633	1.640	Reserva de capital		760	-		
Não hospitalares		1.982	1.522	Reservas de reavaliação		2.270	2.376		
Outras imobilizações		2.412	2.843	Reserva legal		-	754		
Hospitais		2.412	2.843	Reservas de lucros		-	8.540		
Intangível	12	833	909	Prezuiços acumulados		(25.496)	(14.257)		
<b>Total do ativo</b>		<b>167.853</b>	<b>107.752</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>167.853</b>	<b>107.752</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2013	Reserva social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Legal	Prejuízos acumulados	Total
Realização da reserva de reavaliação	14.638	-	2.482	8.540	754	26.414
Prejuízo do exercício	-	-	(106)	-	106	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>14.638</b>	<b>-</b>	<b>2.376</b>	<b>8.540</b>	<b>754</b>	<b>12.051</b>
Absorção de prejuízos do ano de 2014 - AGE 12/08/2015	-	-	-	-	(14.363)	(14.363)
Aumento de capital social - AGE de 31/08/2015	33.244	760	-	(8.540)	(754)	33.244
Varição no aumento de participação societária - nota 17 b)	30.000	-	-	-	-	30.000
Aumento de capital social - AGE 30/12/2015	-	-	(106)	-	106	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(20.639)	(20.639)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(25.496)	(25.496)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>77.882</b>	<b>760</b>	<b>2.270</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>55.416</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Santamália Saúde S.A. (doravante denominada por "Companhia" ou "Operadora"), empresa controlada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (GNDI), com sede em São Paulo à Rua Herminio Lemos, nº 385 - Bairro Cambuci, Município São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a prestação continuada de serviços na forma de Plano Privado de Assistência à Saúde, conforme previsto no inciso I, do artigo 1º, da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares e participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades.  
Em 16 de novembro de 2015 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a mudança do controle acionário. Em 14 de outubro de 2015, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, conforme Ato de Concentração nº 08700.008189/2015-98, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS autorizou em 9 de novembro de 2015, conforme Ofício nº 823/2015/DIOPE(ASSNT)/ANS, a assunção do controle societário da Operadora de plano de assistência à saúde Santamália Saúde S.A. pela Operadora de plano à saúde Notre Dame Intermédica Saúde S.A.. A GNDI assumiu em 16 de novembro de 2015 o controle acionário do Grupo Santamália. A Operadora possui participação direta nas seguintes empresas controladas:

**Principais atividades**

Empresa	Atividade	2015	2014
GEM Empreendimentos Médicos S.A.	Prestação de serviços médicos e hospitalares	69,44%	-
Hospital Bosque da Saúde S.A.	Atendimento hospitalar e pronto-socorro	100,00%	50,18%
Hospital Montemagno S.A.	Atendimento hospitalar e pronto-socorro	100,00%	-

Estrutura societária da Operadora em 31 de dezembro de 2015:

```

graph TD
    A[ALKE II - FIP] -- 99,99% --> B[BCBH Participações S.A.]
    B -- 100% --> C[BCBF Participações S.A.]
    C -- 100% --> D[NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A.]
    D -- 100% --> E[Santamália Saúde S.A.]
    E -- 100% --> F[Hospital Bosque da Saúde S.A.]
    E -- 100% --> G[Hospital Montemagno S.A.]
  
```

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**a) Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013 e nº 344 de 20 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 29 de março de 2016.  
**b) Comparabilidade**  
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2014, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS.  
**c) Base de mensuração**  
A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:  
• Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado; e  
• Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.  
**d) Continuidade**  
A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.  
**e) Moeda funcional e de apresentação**  
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**f) Utilização de estimativas e julgamento**  
A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.  
As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:  
• Ativos Financeiros (avaliados pelo valor justo);  
• Movimentação da provisão para perdas sobre créditos;  
• Imposto de renda e contribuição social diferidos;  
• Teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida longa;  
• Provisões técnicas; e  
• Provisões judiciais.  
**g) Segregação entre circulante e não circulante**  
A Operadora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:  
• Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Operadora; e  
• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:  
**a) Disponível**  
O saldo de caixa e bancos inclui numerário em caixa, saldos em banco e conta movimento.  
**b) Instrumentos financeiros**  
**Definição**  
É qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.  
**Baixa de instrumentos financeiros**  
Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios são avaliados pela administração a fim de assegurar sua manutenção no ativo.  
A baixa dos passivos financeiros é realizada somente quando as respectivas obrigações são extintas e canceladas ou quando pagas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.  
Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.  
**Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**  
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Operadora não possuía ativos classificados nas categorias de "Ativos financeiros disponíveis para venda" e "Ativos financeiros mantidos até o vencimento", sendo classificado integralmente na categoria de "Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado".  
**ii. Empréstimos e recebíveis**  
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

**c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**  
Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.  
**d) Ajuste a valor presente**  
Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados à valor presente, quando relevantes. Na data do balanço não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil.  
**e) Provisão para perdas sobre créditos**  
A provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa nº 290/2012 da ANS.  
**f) Investimento**  
A Operadora possui o controle acionário em empresas onde detém os riscos e benefícios originados desse investimento. O investimento inicial é reconhecido pelo seu valor de custo e avaliado mensalmente pelo método de equivalência patrimonial.  
**g) Imobilizado**  
O imobilizado está demonstrado ao custo, acrescido do ajuste resultante de reavaliação dos imóveis até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a Operadora decidiu manter os saldos existentes na reserva de reavaliação até a data da sua efetiva realização.  
As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a expectativa da vida útil e econômica dos bens.  
**h) Intangível**  
O intangível é representado basicamente por softwares que são amortizados pelo método linear, conforme a vida útil econômica, pelas taxas mencionadas na nota explicativa 11.  
**i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**  
É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de: (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (impairment), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.  
Dentro desse contexto, o imobilizado, o intangível e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis, a Administração da operadora considera desnecessária a contabilização de provisão para perda de seus ativos não financeiros.  
**j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**  
A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.  
A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço.  
A provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento a saúde pública.  
**k) Despesas de comercialização diferidas**  
Os agenciamentos são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos e são refletidos no saldo da conta "Despesas diferidas".  
**l) Reconhecimento das receitas operacionais**  
As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die).  
Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na conta "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", classificada no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.  
**m) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados**  
Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.  
**n) Passivos financeiros**  
Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".  
**o) Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes**  
A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.  
As provisões de riscos são constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocorrer antes da saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.  
Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados. Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável.  
Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.  
Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com provável distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.  
**p) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**  
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em assembleia.  
**q) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**  
A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. Os tributos diferidos atribuíveis às diferenças temporais são registrados no ativo ou no passivo, no pressuposto de sua realização futura.  
Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária, e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.  
**r) Lucro por ação**  
O lucro por ação é calculado dividindo o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas no fechamento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

**4. GERENCIAMENTOS DE RISCOS**  
A Operadora opera exclusivamente com planos de saúde, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela sua Administração.  
**Risco de crédito**  
Um dos riscos de crédito advém da possibilidade do não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa nº 290/2012 da ANS.  
Outro risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Operadora a incorrer em perdas financeiras.  
**Risco de liquidez**  
A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.  
**Gerenciamento do risco de liquidez**  
Um dos impactos do risco de liquidez é a possibilidade de redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalentes de caixa.  
Considerando as taxas de juros de CDI de 14,14% a.a em 31 de dezembro (11,57% a.a. em 2014), elevando ou reduzindo 10% desta taxa, e todas as outras variáveis se mantivessem constantes os impactos no patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 aumentariam/diminuiriam em R\$ 1.156 (R\$616 em 2014).  
**Sensibilidade à taxa de juros**

Aplicações	2015		2014	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata Disponível	344	0,4%	1.185	2,2%
Certificado de Depósito Bancário - CDB, Fundos	81.267	99,6%	53.258	97,8%
Imediata de renda fixa e outros	82.067	100,0%	54.443	100,0%

**Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros**  
O risco de taxa de juros advém da possibilidade da estar sujeita a alterações nas taxas de juros que temporária, e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.  
**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	2015			2014		
	Níveis	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Valor justo
Fundo de renda fixa aberto (i)	2	-	79.523	-	79.523	44.444
Bancários - CDB (ii)	2	238	-	238	238	8.814
Outros (iii)	2	-	-	1.962	1.962	-
<b>Total</b>	<b>238</b>	<b>79.523</b>	<b>1.962</b>	<b>81.723</b>	<b>81.723</b>	<b>53.258</b>

(i) Fundo de renda fixa administrado pela Bradesco Assete Management e Santander. (ii) Emissor: Banco Santander, Itaú e Bradesco. (iii) Refere-se basicamente à conta-corrente remunerada do Banco Bradesco.  
**a) Garantia das provisões técnicas**  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Operadora está com o saldo para cobertura de suas provisões técnicas suficientes conforme quadro a seguir:

Fundo de investimento - renda fixa	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Imóvel vinculado	43.661	39.372	1.514	1.569
<b>Total</b>	<b>43.661</b>	<b>39.372</b>	<b>39.300</b>	<b>34.718</b>

(-) Provisões técnicas  
**Suficiência de cobertura**  
b) Desempenho da carteira de aplicações financeiras  
A administração mensura o desempenho sobre o valor justo de suas aplicações através da Taxa Interna de Retorno (TIR) no exercício, utilizando como parâmetro a variação do CDI.  
**c) Hierarquia de valor justo**  
Os valores de referência foram definidos como se segue:  
• Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;  
• Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e  
• Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.  
Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras são classificadas no nível 2 (CDBs, fundos e outros). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Operadora não efetuou transferências entre as classificações dos ativos financeiros, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos.

**6. CONTAS A RECEBER**  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição de contas a receber de clientes está demonstrada a seguir:  
**Créditos de operações com planos de assistência à saúde:**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

## 8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	2015	2014
<b>a) Circulante</b>		
Imposto de renda	2.280	4.754
Contribuição social	646	1.887
Crédito IRRF	905	1.245
Crédito de previdência social	192	192
Crédito de PIS e COFINS	1.436	-
Crédito de ISS	12	7
Outros créditos	1	46
<b>Total circulante</b>	<b>5.472</b>	<b>8.131</b>
<b>b) Não circulante</b>		
<b>Prejuízo fiscal</b>		
Imposto de renda	7.083	5.735
Contribuição social	2.550	2.064
<b>Total não circulante</b>	<b>9.633</b>	<b>7.799</b>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>15.105</b>	<b>15.930</b>

## 9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2015	2014
Estoques (a)	215	173
Adiantamento a funcionários	134	153
Adiantamentos diversos	2.683	757
Cheques e ordens a receber	211	234
Outros títulos a receber	313	612
Perda sobre inventário	(698)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	(197)	-
	<b>2.661</b>	<b>1.929</b>
<b>(a) Estoques</b>		
2015	2014	
163	23	
2	-	
3	150	
47	-	
<b>215</b>	<b>173</b>	

## 19. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

	2015	2014
Comissão e agenciamento	(19.561)	(13.691)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(4.273)	-
	<b>(23.834)</b>	<b>(13.691)</b>
<b>20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		
2015	2014	
Pessoal	(18.724)	(16.617)
Serviços de terceiros	(7.141)	(7.217)
Localização e funcionamento	(2.219)	(2.997)
Publicidade e propaganda	(148)	(137)
Tributos	(959)	(405)
Provisão para contingências	(10.989)	(1.044)
Depreciação e amortização	(1.237)	(1.032)
Perdas com créditos	(6.539)	(7.880)
Outros	(2.396)	(198)
	<b>(50.352)</b>	<b>(37.527)</b>
<b>21. RESULTADO FINANCEIRO</b>		
2015	2014	
5.620	4.864	
1.041	836	
1.338	-	
155	53	
<b>8.154</b>	<b>5.753</b>	
Descontos concedidos	(30)	(79)
Ressarcimento ao SUS	(1.300)	(8)
Tarifas bancárias	(1.640)	(1.201)
empréstimos e financiamentos	(5)	(9)
Atualização encargos sobre tributos	(1.759)	(116)
Outras	(118)	(228)
	<b>(4.852)</b>	<b>(1.641)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>3.302</b>	<b>4.112</b>

## 10. INVESTIMENTO

Empresas investidas	Capital social	Patrimônio líquido	2015		Dividendos	Resultado de equivalência		Investimentos	
			Resultado do exercício	Quantidade de ações/quotas		31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Hospital Bosque da Saúde S.A.	17.557	15.389	(3.990)	17.556.981	-	(8.816)	1.010	15.389	10.642
Hospital Montemagno S.A.	13.300	15.902	6.521	13.300.000	(5.300)	1.515	-	15.902	-
GEM Empreendimentos Médicos S.A.						1	2	-	2
						<b>(7.300)</b>	<b>1.012</b>	<b>31.291</b>	<b>10.644</b>

## 11. IMOBILIZADO

Valor residual em 31 de dezembro de 2014	Terrenos e imóveis		Máquinas e equipamentos		Veículos e utilitários		Móveis e utensílios		Equipamentos de computação		Total de uso próprio		Beneficiárias em imóveis de terceiros		Outras imobilizações		Total
	Instalações	42	1.595	-	831	696	11.109	1.065	(854)	(734)	1.336	1.506	13.951				
Aquisições	23	-	49	-	161	832	1.065	-	-	-	-	320	1.385				
Depreciações	(263)	(5)	(206)	-	(122)	(258)	(854)	-	-	-	-	(16)	(1.604)				
<b>Valor residual em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>7.705</b>	<b>37</b>	<b>1.438</b>	<b>-</b>	<b>870</b>	<b>1.270</b>	<b>11.320</b>	<b>602</b>	<b>1.810</b>	<b>13.732</b>							
Custo de aquisição	10.374	45	4.899	71	2.119	2.666	20.174	3.670	1.931	25.775							
Depreciações acumuladas	(2.669)	(8)	(3.461)	(71)	(1.249)	(1.396)	(8.854)	(3.068)	(121)	(12.043)							
<b>Valor residual em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>7.705</b>	<b>37</b>	<b>1.438</b>	<b>-</b>	<b>870</b>	<b>1.270</b>	<b>11.320</b>	<b>602</b>	<b>1.810</b>	<b>13.732</b>							
Taxa anual de depreciação (%)	4%	10%	10%	20%	10%	20%	20%	20%	20%	20%							

## 12. INTANGÍVEL

Valor residual em 31 de dezembro de 2014	Sistema de computadores		Marcas comerciais		Total
	Instalações	42	1.595	-	
Adições	223	-	223	-	223
Amortizações	(299)	-	(299)	-	(299)
<b>Valor residual em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>828</b>	<b>5</b>	<b>833</b>	<b>-</b>	<b>833</b>
Custo	1.634	5	1.639	-	1.639
Amortizações acumuladas	(806)	-	(806)	-	(806)
<b>Valor residual em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>828</b>	<b>5</b>	<b>833</b>	<b>-</b>	<b>833</b>
Taxa anual de amortização (%)	20%	-	-	-	-

## 13. PROVISÕES TÉCNICAS

a) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	27.838	20.096
Avisos, recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	373.167	273.534
Gastos com rede própria classificada em eventos indenizáveis líquidos	(95.821)	(73.707)
Pagamentos efetuados para a rede credenciada	(259.649)	(192.085)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>45.535</b>	<b>27.838</b>

b) Variações das provisões técnicas:

	PPCNG (i)	PEONA (ii)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>9.638</b>	<b>32.824</b>
Variação das provisões	3.766	(19.396)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>13.404</b>	<b>13.428</b>

(i) Provisão de prêmios e contraprestações não ganha (PPCNG), classificadas no passivo circulante, são receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(ii) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é classificado no passivo circulante objetivando fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados às Operadoras.

## 14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2015	2014
Imposto sobre serviços (ISS)	396	462
FGTS	249	199
PIS e COFINS	1.601	626
Contribuições sindicais e assistenciais	591	736
Outros	59	1
<b>Impostos devidos a recolher</b>	<b>2.896</b>	<b>2.024</b>
Imposto de renda - funcionários	61	47
Imposto de renda - terceiros	168	480
Imposto sobre serviços	333	283
Contribuições previdenciárias retidas	5	57
Retenção PIS/COFINS/CSLL	1	1
Parcelamento de tributos e contribuições	2.112	1.135
Outros impostos retidos	415	416
<b>Impostos retidos a recolher</b>	<b>3.146</b>	<b>2.419</b>
<b>Tributos e encargos a recolher</b>	<b>6.042</b>	<b>4.443</b>
Circulante	4.180	3.501
Não circulante	1.862	942

## 15. DÉBITOS DIVERSOS

	2015	2014
Obrigações com pessoal	4.000	3.056
Fornecedores	978	825
Depósitos de terceiros	1.359	1.283
Recebimento antecipado de cliente	306	7.196
Débitos diversos	2.968	1.997
<b>Saldo final no exercício</b>	<b>9.611</b>	<b>14.357</b>

## 16. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Durante o curso normal de seus negócios, a Operadora fica exposta a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Operadora, para os casos em que a perda é considerada provável:

	Provisões para ações judiciais		Depósitos judiciais	
	2014	Provisão	2015	2014
Provisão Contingência Trabalhista	2.526	7.606	10.132	991
Provisão para Contingência Tributária	986	256	1.242	-
Provisão para Contingência Cível	793	3.351	4.144	524
	<b>4.305</b>	<b>11.213</b>	<b>15.518</b>	<b>1.515</b>

Em 31 de dezembro de 2015, a Operadora apresenta outras ações de naturezas cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$17.936, que de acordo com consultores jurídicos da Operadora apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não se encontram provisionadas.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social  
Em 31 de agosto de 2015, através da AGE foi deliberado o aumento de capital social em R\$33.244, mediante a emissão de 33.244 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. A integralização das ações subscritas foi através da participação que os acionistas detinham nos Hospitais Bosque da Saúde S.A. e Hospital Montemagno S.A. na sua proporção de participação acionária. Em decorrência do aumento, o capital social da Operadora passou de R\$14.638 para 47.882.

Em 30 de dezembro de 2015, através da AGE foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$30.000, por meio da integralização efetivada do seu único acionista, mediante ao adiantamento para futuro aumento de capital - AFCA realizado em 9 de dezembro de 2015. O aumento do capital social passa de R\$47.882 para R\$77.882, subscrito e integralização em 30.000 novas ações nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva de capital  
A reserva de capital foi constituída sob a variação entre a data do fechamento dos balanços dos Hospitais Bosque da Saúde e Montemagno e a data da efetiva realização do aumento do capital social.

A reserva será realizada para futuro aumento de Capital conforme previsto na Lei das Sociedades Anônima nº 6.404/76.

c) Reservas estatutárias  
Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas. Em 12 de agosto de 2015 através da AGE, foi deliberado e aprovado a utilização das reservas de lucros para a absorção do prejuízo acumulado no exercício de 2014.

d) Reserva legal  
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2015, foi deliberado e aprovado da utilização desta reserva para a absorção do prejuízo acumulado no exercício de 2014.

e) Reserva de reavaliação  
Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta "Reserva de reavaliação", que é apresentado pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre as reavaliações de edifícios.

f) Margem de solvência

	2015	2014
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>58.149</b>	<b>12.051</b>
<b>Adições:</b>		
(+) Obrigações legais classificadas no passivo não circulante	1.130	1.403
<b>Deduções:</b>	<b>(15.305)</b>	<b>(9.013)</b>
(-) Despesa de comercialização diferida	(1.792)	-
(-) Ativo fiscal diferido	(12.366)	(7.799)
(-) Ativo não circulante intangível	(833)	(910)
(-) Despesas antecipadas	(314)	(304)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>43.974</b>	<b>4.441</b>
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	83.768	63.899
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	95.303	78.042
<b>Margem de solvência 48,38% (41% em 2014) - (o maior entre (a) e (b))</b>	<b>46.108</b>	<b>31.997</b>
<b>Suficiência de capital</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(27.556)</b>

## 18. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	2015			2014		
	Individual	Coletivo	Outros	Individual	Coletivo	Outros
Eventos conhecidos	100.298	275.321	-	375.619	86.985	186.587
(-) Glosa	(1.593)	(3.748)	-	(5.341)	(151)	(577)
SUS	-	-	2.889	2.889	-	690
Variação PEONA	-	-	(19.396)	(19.396)	-	5.899
	<b>98.705</b>	<b>271.573</b>	<b>(16.507)</b>	<b>353.771</b>	<b>86.834</b>	<b>186.010</b>
						<b>6.589</b>
						<b>279.433</b>

Abertura dos eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos:  
(Preenchido com valores líquidos de Glosas. Recuperação por Coparticipação e Outras Recuperações)

	Consulta Médica			Outros Atendimentos			Demais Despesas			Total
	Médica	Exames	Terapias	nações	mentos	Despesas	Total			
Planos Individuais/familiares antes da Lei: 41111101										
Rede Própria	(1.815)	(1.821)	(7)	(5.129)	(8)	(28)	(8.808)			
Rede Contratada	(233)	(1.143)	(349)	(419)	-	(132)	(2.276)			
	<b>(2.048)</b>	<b>(2.964)</b>	<b>(356)</b>	<b>(5.548)</b>	<b>(8)</b>	<b>(160)</b>	<b>(11.084)</b>			
Planos Individuais/familiares Pós Lei: 41111102										
Rede Própria	(18.769)	(13.441)	(37)	(36.562)	(7)	(130)	(68.946)			
Rede Contratada	(2.703)	(7.386)	(2.067)	(4.563)	-	(1.958)	(18.677)			
	<b>(21.472)</b>	<b>(20.827)</b>	<b>(2.104)</b>	<b>(41.125)</b>	<b>(7)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(87.623)</b>			
Planos Coletivos por Adesão Pós Lei: 41111104										
Rede Própria	(4.661)	(3.899)	(20)	(14.342)	(6)	(63)	(22.991)			
Rede Contratada	(988)	(3.739)	(929)	(3.095)	(1)	(827)	(9.579)			
	<b>(5.649)</b>	<b>(7.638)</b>	<b>(949)</b>	<b>(17.437)</b>	<b>(7)</b>	<b>(890)</b>	<b>(32.570)</b>			
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei: 41111105										
Rede Própria	(138)	(126)	-	(327)	-	-	(591)			
Rede Contratada	(24)	(101)	(26)	(22)	-	(7)	(180)			